



representa.coop

INFORME

SEMANAL

IRP Nº 147

27 a 31 de maio de 2024





Câmara instaura Grupos de Trabalho que discutirá a regulamentação da Reforma Tributária
Eleição do novo presidente da CAPADR da Câmara dos Deputados
Novos números nas pesquisas de avaliação de governo

CÂMARA INSTAURA GTS QUE DEBATEM A REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Na última terça-feira, 28 de maio de 2024, a Câmara dos Deputados instaurou os Grupos de Trabalho (GTs) para analisar as propostas do governo sobre a regulamentação da Reforma Tributária. O primeiro GT será responsável por avaliar a proposta governamental sobre o Comitê Gestor e a distribuição de receitas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O segundo GT examinará o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, de autoria do Poder Executivo, que visa regulamentar o IBS, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

No ato realizado em 21 de maio, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), instaurou os GTs e definiu seus modos de operação. Cada GT será composto por sete parlamentares, que terão 60 dias para analisar e debater as propostas. Durante este período, serão realizadas audiências públicas e reuniões com órgãos e entidades da sociedade civil organizada para auxiliar na elaboração de um relatório geral sobre as propostas.

A transição para o novo modelo tributário é um dos principais pontos de discussão neste debate.

TRANSIÇÃO PARA O NOVO MODELO DE TRIBUTAÇÃO



GT DO COMITÊ GESTOR

O primeiro Grupo de Trabalho a iniciar suas atividades está encarregado de discutir o Projeto de Lei Complementar sobre o Comitê Gestor e a distribuição da receita do IBS. Sua primeira reunião ocorreu na terça-feira 28 de maio pela manhã.

Durante o encontro, o plano de trabalho do grupo foi apresentado e houve uma audiência pública com Bernard Appy, Secretário Especial da Reforma Tributária. No debate, Appy defendeu os principais pontos da proposta, destacando o modelo de split payment, que separa o pagamento do imposto no momento da transação.

Appy ressaltou que os efeitos econômicos da mudança tributária serão percebidos a médio prazo, entre 10 e 13 anos, e contribuirão para reduzir a pressão por aumento da carga tributária. Ele afirmou: "Estamos falando de um potencial aumento superior a 10 pontos percentuais no PIB do Brasil devido à Reforma Tributária".

A OCB e a OCEPAR tem realizados esforço conjunto acompanhando e participado sempre que possível deste debate.

Membros do GT do Comitê Gestor

Dep. Vitor Lippi (PSDB/SP)



Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)



Dep. Pedro Campos (PSB/PE)



Dep. Aureo Ribeiro (SDD/RJ)



Dep. Mauro Benevides (PDT/CE)



Dep. Bruno Farias (AV-MG)



Dep. Haully (PODE/PR)



GT DESTINADO A DEBATER O IBS/CBS/IS

O outro Grupo de Trabalho instalado na Câmara é destinado a analisar e debater, no âmbito da regulamentação da reforma tributária, o PLP 68/24, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços CBS e o Imposto Seletivo – IS.

O início dos trabalhos foi marcado por uma audiência pública, onde entidades do setor produtivo nacional debateram os principais pontos do PLP 68/2024. Entre as entidades presentes estavam a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional de Serviços (CNS) e a Confederação Nacional do Transporte (CNT), entre outras.

Amanda Oliveira Breda Rezende, Coordenadora Tributária da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop), representou o cooperativismo durante o debate na audiência pública.

[Confira a análise da OCB sobre a audiência.](#)

Membros do GT do IBS/CBS/IS



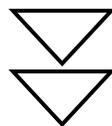
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados.

ELEIÇÃO DO NOVO PRESIDENTE DA CAPADR

Troca na presidência da Comissão de Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Rural



Sai – Vicentinho Júnior (PP-TO)
Assume Secretaria no estado do Tocantins.



Entra – Evair de Melo (PP-ES)
Novo presidente da CAPADR

Comissão de Agricultura Pecuária Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados elegeu nesta terça-feira, dia 28, o Deputado Federal **Evair Vieira de Melo (PP-ES)** como novo presidente. Evair, que é vice-líder da oposição e um dos principais defensores do agronegócio na Casa. Foi presidente da FRENCOOP entre 2019 e 2022.

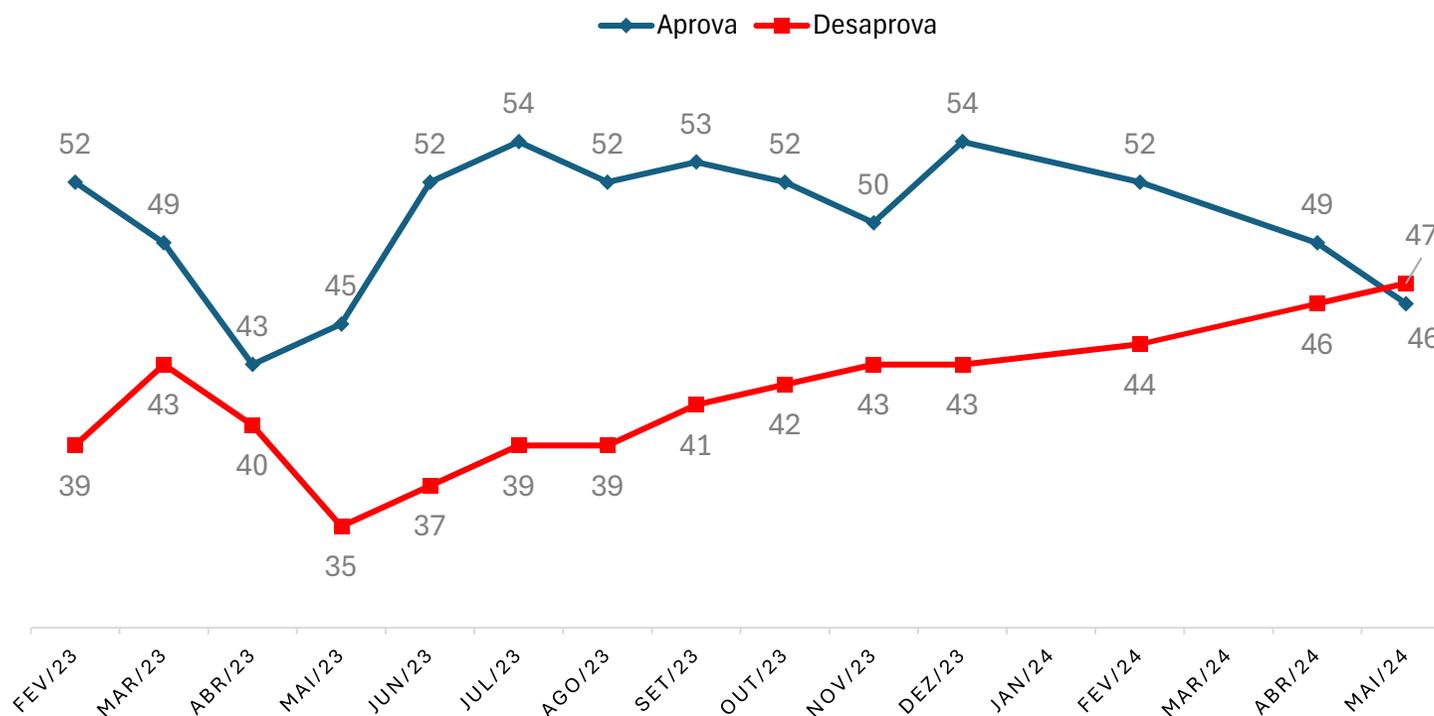
Ele substitui o Deputado Vicentinho Júnior (PP-TO), que se afastou do cargo para assumir a função de Secretário Extraordinário de Ações Estratégicas no estado do Tocantins. A comissão foi mantida sobre o comando do PP partido que compõe a base do governo Lula, no entanto, a atuação do deputado Evair tem sido marcada posicionamento de oposição a agenda do governo no legislativo.

Com fortes raízes rurais e membro de uma família de pequenos agricultores, tem também forte relação com o cooperativismo. Evair Vieira de Melo nasceu no dia 02 de abril de 1972, na comunidade de Santa Luzia, em Conceição do Castelo, município situado nas montanhas do Sul do Estado do Espírito Santo.

NOVOS NÚMEROS NA AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA

Novas pesquisas de avaliação do governo foram divulgadas em maio, marcando a primeira vez desde a posse de Lula, em janeiro de 2023, que a desaprovação supera a aprovação. Analisando os dados mais detalhadamente, o governo mantém uma avaliação positiva entre os habitantes do Nordeste, mulheres e católicos. No entanto, há um declínio significativo na aprovação entre os moradores do Sudeste, eleitores homens e evangélicos.

Gráfico: Acumulador de pesquisas de avaliação do governo (Fev. 2023 – Mai. 2024):



Fonte: Elaboração própria, com base nas pesquisas IPESP/DATA FOLHA/DATA PODER/QUEST.

Repercussão dos números:

Os resultados das últimas pesquisas de avaliação trouxeram uma repercussão negativa para o governo, que refletiu em Brasília. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-PE), sugeriu reações imediatas quanto à agenda legislativa do governo e uma reforma ministerial urgente.

Além disso, as pesquisas indicam que a população está de olho na atuação de certos ministros que se destacam dentro do governo, com destaque para o Ministro da Fazenda Fernando Haddad.